



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

# **CLIPPING**

## **9 de janeiro de 2019**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	09/01/2019	PÁG.	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

### CORTESIA



O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho. Na oportunidade, o parlamentar e o chefe do Ministério Público Estadual ratificaram o compromisso de firmar futuras parcerias institucionais, mantendo sempre a independência entre os Poderes e as instituições públicas.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Atos e Fatos	
DATA	09/01/2019	PÁG.	2
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

## Juízes tomam posse nas Comarcas de Carutapera, Ilha de São Luís, Coroatá e Vitória do Mearim

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, empossou nessa terça-feira (8), em seu gabinete, os juízes Glauce Ribeiro da Silva (titular da Vara Única da Comarca de Alto Parnaíba), Marco Aurélio Barreto Marques (titular da Comarca de São Mateus), Cristovão Sousa Barros (titular da 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra) e Haderson Rezende Ribeiro (titular da Vara Única da Comarca de Dom Pedro), nos cargos de juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Carutapera (entrância inicial), juiz auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís (entrância final), juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Coroatá (entrância intermediária) e juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Vitória do Mearim (entrância inicial), respectivamente. Glauce Ribeiro da Silva ingressou na magistratura, em 2018, como juíza substituta da Comarca de Santa Inês. Atuou em Anajatuba e foi titularizada na Comarca de Alto Parnaíba, sendo removida agora para a Vara Única da Comarca de Carutapera. Já Marco Aurélio Barreto

Marques ingressou na magistratura, em 2003, como juiz substituto na Comarca de Passagem Franca, onde foi titularizado. Atuou em Icatu, São Mateus, sendo promovido agora para a Comarca da Ilha de São Luís. Cristovão Sousa Barros, por sua vez, começou a carreira na magistratura, em 2003, na Comarca de Buriti Bravo, onde foi titularizado. Atuou em Igarapé Grande, Pedreiras, Santa Inês, Lago da Pedra, sendo agora removido para a 2ª Vara da Comarca de Coroatá. Com ingresso na Magistratura, 2015, como juiz substituto na Comarca de Santo Antonio dos Lopes, comarca onde foi titularizado, o juiz Haderson Rezende Ribeiro atuou em Dom Pedro e agora passa a exercer as atividades judicantes, em Vitória do Mearim. O ato solene contou com a presença dos desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente do TJMA), Jamil Gedeon, Cleones Cunha, do juiz Holidicy Barros (representando a Associação dos Magistrados), além do diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão.



DIVULGAÇÃO

Solenidade de posse ocorreu no Gabinete da Presidência



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	ESTADO
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	09/01/2019	PÁG. 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Matinha

# Município suspende procedimento licitatório após Recomendação do MP

Atendendo Recomendação expedida pelo Ministério Público do Maranhão, em 19 de dezembro, o Município de Matinha suspendeu o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial nº 37/2018, que tinha como objetivo a aquisição de medicamentos. O certame seria realizado no dia 31 de dezembro, véspera do ano novo, o que poderia colocar em risco a competitividade. Além disso, não houve publicação do edital da licitação no site da Prefeitura, contrariando a legislação, especialmente a Lei de Acesso à Informação. A gestão municipal acatou a manifestação da Promotoria de Justiça da Comarca de Matinha e mudou a data de recebimento

das propostas para o dia 15 de janeiro de 2019. Assinou a Recomendação o promotor de justiça Marco Antônio Alves de Oliveira.

O MPMA tomou conhecimento das irregularidades no certame por meio de informações repassadas pelo Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa e pela Controladoria Geral da União.

## REDE DE CONTROLE

A designação de licitações para o período de 24 a 31 de dezembro já havia levado a Rede de Controle da Gestão Pública a ingressar, por meio do Ministério Público Federal (MPF), com uma Ação que levou a Justiça Federal a suspender os procedimentos licitatórios. A

Controladoria Geral da União (CGU) identificou, pelo menos, 40 licitações em 15 municípios maranhenses nessas condições.

A iniciativa de ingressar com as medidas cautelares na Justiça Federal ocorreu após reunião havida entre os representantes do MPF, CGU, Tribunal de Contas da União (TCU) e MPMA, em 20 de dezembro. Para as instituições havia elementos suficientes para pedir a suspensão dos procedimentos por violação dos princípios da publicidade, moralidade e impessoalidade, além de evidente prejuízo à competitividade.

O Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público

e da Probidade Administrativa, agiu de modo articulado com as Promotorias de Justiça com atuação nos municípios indicados para que fossem expedidas Recomendações e expedientes sugerindo a suspensão dos procedimentos licitatórios e, em caso de descumprimento, a propositura de ações judiciais para impedir realização dos certames em condições tais que inviabilizassem a competitividade. A CGU e o TCU também chegaram a expedir ofícios aos Municípios, sugerindo a suspensão dos certames e sua remarcação para data mais conveniente para a competitividade das licitações.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		ESTADO	
DATA	09/01/2019	PÁG.	6
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## São Domingos do Maranhão

# MPMA garante suspensão de procedimento licitatório

Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça concedeu, em 20 de dezembro, medida liminar, suspendendo o procedimento licitatório nº 042/2018 do Município de São Domingos do Maranhão. A Ação Civil Pública, com o requerimento, foi proposta pelo promotor de justiça Weskley Perreira de Moraes. Em caso de descumprimento, foi estabelecido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 2 mil, a ser paga pessoalmente pelo prefeito José Mendes Ferreira. De acordo com o promotor de justiça, a licitação foi marcada para o dia 24 de dezembro de 2018, dia quase sempre feriado para o setor público, o que poderia afetar o processo de concorrência e a publicidade do certame.

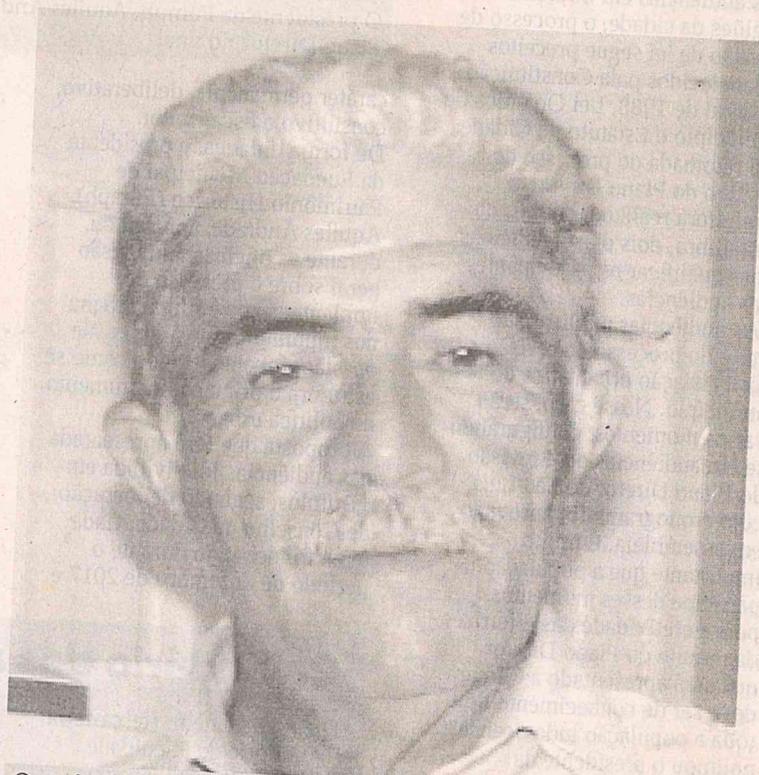
**GU**

O procedimento licitatório de São Domingos do Maranhão está entre 40 licitações em 15 municípios maranhenses, marcadas para o

período de 24 a 31 de dezembro, identificadas pela Controladoria Geral da União (CGU). Por isso, a CGU também enviou ofício ao prefeito sugerindo a suspensão da licitação e a mudança de data pelo mesmo motivo.

A Controladoria Geral da União também não encontrou a publicação, em tempo hábil, do edital do Pregão Presencial nº 42/2018 nos sites do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e da Prefeitura, fato que descumpra a instrução normativa do TCE, além de evidenciar prejuízo à ampla publicidade e transparência, violando a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

“O fundamento da ação consiste, pois, na prática de violação aos procedimentos licitatórios albergados na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.666/93, dentre os quais: princípios de publicidade e de igualdade de concorrência”, ressaltou o promotor de justiça na ação.



O prefeito José Mendes Ferreira pagará R\$ 2 mil de multa caso não cumpra a determinação judicial



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		HORA EXTRA	
DATA	09/01/2019	PÁG.	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Prefeitura de Matinha suspende procedimento licitatório após Recomendação do MPMA

Atendendo Recomendação expedida pelo Ministério Público do Maranhão, em 19 de dezembro, o Município de Matinha suspendeu o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial nº 37/2018, que tinha como objetivo a aquisição de medicamentos. O certame seria realizado no dia 31 de dezembro, véspera do ano novo, o que poderia colocar em risco a competitividade.

Além disso, não houve publicação do edital da licitação no site da Prefeitura, contrariando a legislação, especialmente a Lei de Acesso à Informação.

A gestão municipal acatou a manifestação da Promotoria de Justiça da Comarca de Matinha e mudou a data de recebimento das propostas para o dia 15 de janeiro de 2019. Assinou a Recomendação o promotor de justiça Marco Antônio Alves de Oliveira.

O MPMA tomou conhecimento das irregularidades no certame por meio de in-



A RECOMENDAÇÃO FOI EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

formações repassadas pelo Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa e pela Controladoria Geral da União.

**REDE DE CONTROLE** - A designação de licitações para o período de 24 a 31 de dezembro já havia levado a Rede de Controle da Gestão Pública a ingressar, por meio do Ministério Público Federal (MPF), com uma Ação que levou a Justiça Federal a suspender os procedimentos

licitatórios. A Controladoria Geral da União (CGU) identificou, pelo menos, 40 licitações em 15 municípios maranhenses nessas condições.

A iniciativa de ingressar com as medidas cautelares na Justiça Federal ocorreu após reunião havida entre os representantes do MPF, CGU, Tribunal de Contas da União (TCU) e MPMA, em 20 de dezembro. Para as instituições havia elementos suficientes para pedir a sus-

penção dos procedimentos por violação dos princípios da publicidade, moralidade e impessoalidade, além de evidente prejuízo à competitividade.

O Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, agiu de modo articulado com as Promotorias de Justiça com atuação nos municípios indicados para que fossem expedidas Recomendações e expedientes sugerindo a suspensão dos procedimentos licitatórios e, em caso de descumprimento, a propositura de ações judiciais para impedir a realização dos certames em condições tais que inviabilizassem a competitividade.

A CGU e o TCU também chegaram a expedir ofícios aos Municípios, sugerindo a suspensão dos certames e sua remarcação para data mais conveniente para a competitividade das licitações.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input checked="" type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	09/01/2019	PÁG.	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

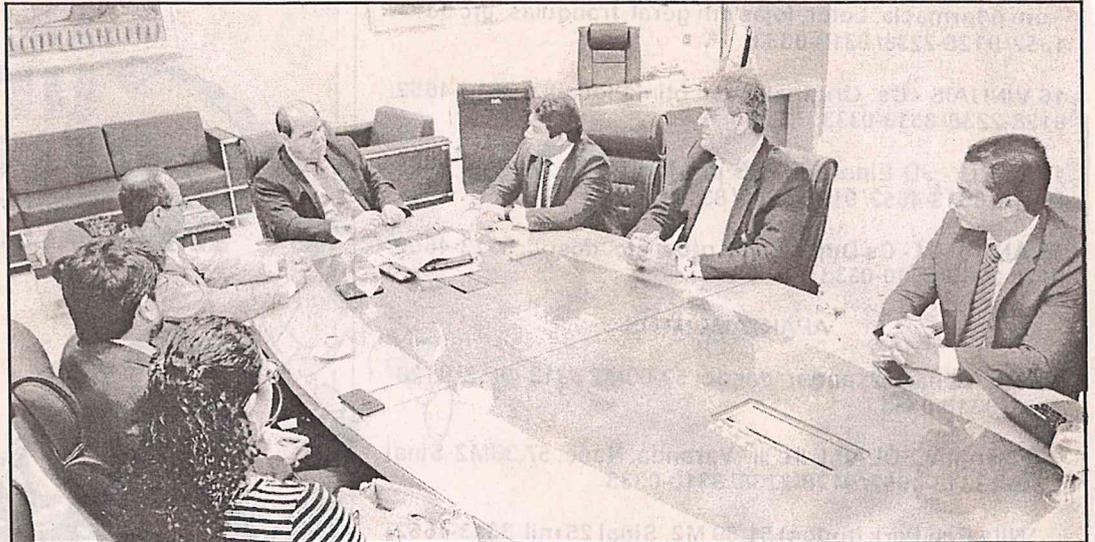
# Presidente da Câmara Municipal visita o procurador-geral de Justiça

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), visitou, nesta terça-feira (08), o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Na oportunidade, o parlamentar e o chefe do Ministério Público Estadual ratificaram o compromisso de firmar futuras parcerias institucionais, mantendo sempre a independência entre os Poderes e as instituições públicas.

"Foi uma visita de cortesia para estreitamento de relações, mas com base no preceito constitucional, que estabelece a harmonia e a independência entre os poderes", afirmou o presidente.

Osmar Filho destacou a importância do encontro como sendo o ponto de partida para o estreitamento das relações entre Câmara Municipal e Ministério Público, ressaltando que o órgão de fiscalização, ao invés de ser o terror da classe política, funciona, na realidade,



**Osmar Filho reinteirou desejo de firmar futuras parcerias institucionais com o MPE**

é como um parceiro, uma vez que auxilia na busca de administrações sérias e transparentes.

O pedetista garantiu que este tipo de reunião continuará sendo feita, tanto em órgãos públicos, como na iniciativa privada. "Buscamos um relacionamento aberto com todos os segmentos da sociedade e, por isso, estamos dialogando com

os mais variados órgãos", acrescentou.

Luiz Gonzaga Martins considerou como muito louvável a iniciativa do vereador, afirmando que, desta forma, ele está buscando parcerias para a execução de uma administração à altura das aspirações da população de São Luís.

"O Ministério Público está pronto para ajudar a

Câmara de São Luís, presidente Osmar Filho, pode ter certeza. Muita gente pensa que o Ministério Público é inimigo da classe política, mas isso não é verdade. O Ministério Público é, na realidade, amigo do político, porque também o orienta. Cabe ao político a manutenção desta amizade, com base no seu comportamento", acentuou o procurador-geral.